

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2017

1. Identificação da entidade:

O C.S.S.C.D. Somelos, doravante designada “Instituição”, NIPC 501 559 108, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) constituída em 1971, com sede no lugar de Valdante, da freguesia de Ronfe, do concelho de Guimarães, sendo sua missão o apoio aos seus associados, nas mais diversas vertentes e ainda a promoção da difusão de valores culturais, desportivos, sociais e recreativos. No âmbito desta missão, a Instituição desenvolve, como actividade principal, a educação pré-escolar, enquadrada no CAE 85100 e, como actividades secundárias, a comercialização de mercadorias e ainda, a partir de Junho de 2013, a prestação de serviços de higiene e segurança no trabalho.

2. Referencial contabilístico da preparação das demonstrações financeiras:

2.1 Pressupostos, âmbito, expressão monetária e enquadramento:

Os registos contabilísticos foram efectuados de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), instituído pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9/3, que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13/7 alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2/6, e pelas demais normas que o integram, designadamente:

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho, anexos 11, 12, 13, 14, 15 e 16 (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho (Norma Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo - NCRF-ESNL);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro – NCRF’s);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas).

A Instituição utilizou a Norma contabilística e de relato financeiro para as ESNL (NCRF-ESNL) em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo à NCRF-PE, às NCRF’s e NI’s, às NIC’s adoptadas ao abrigo do regulamento n.º 1606/2002 do PEC de 19 de Julho e ainda às NIC’s (IAS) e NIRF’s emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC, quando a NCRF-ESNL não contemple aspectos particulares das suas transacções ou situações, de forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada quer da sua posição financeira quer do seu desempenho.

O conjunto dos normativos anteriormente referidos foi utilizado pela primeira vez em 2012 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho para as entidades do sector não lucrativo, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de resultados por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros, sem arredondamentos, salvo se, expressamente, for referido o contrário.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC para as ESNL que, em casos excepcionais, foram derogadas:

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.



2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não são comparáveis com os do período anterior:

Não se registaram no período quaisquer alterações das políticas contabilísticas relativamente às utilizadas no período anterior e não se registaram alterações significativas do âmbito da actividade da Instituição que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras:

Fluxos de caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada através do método directo.

A Instituição classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” o dinheiro em caixa, os depósitos à ordem, os depósitos a prazo e os instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa evidencia, separadamente, as actividades seguidamente discriminadas, as quais compreendem, designadamente:

- Actividades operacionais: recebimentos de clientes e utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal, pagamentos de impostos e outros relacionados com a actividade operacional;
- Actividades de investimento: pagamentos decorrentes das compras e recebimentos das vendas de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis, pagamentos relativos a aquisições e recebimentos por alienações de instrumentos de capital próprio de outras entidades, pagamentos e recebimentos por empréstimos concedidos a outras entidades;
- Actividades de financiamento: pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Activos fixos tangíveis:

Os activos fixos tangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os activos reconhecidos encontram-se mensurados de acordo com o modelo do custo, previsto no § 7.11 da NCRF-ESNL, na sequência do que estes activos são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar. As taxas de depreciação utilizadas encontram-se discriminadas no ponto 4 deste anexo.

O valor das depreciações, decorrente da aplicação das taxas de depreciação correspondentes aos anos de vida útil, é calculado com base em duodécimos, em função do seu uso no período.

Aquando de retiradas ou alienações destes activos, as mais ou menos valias delas resultantes são determinadas pela diferença entre o preço de venda, se definido, e o valor contabilístico na data em que ocorrerem, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Activos intangíveis:

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam por ela controláveis e que possam ser mensurados com fiabilidade.

Os activos intangíveis reconhecidos consistem em aplicações informáticas adquiridas para suportar a actividade corrente da Instituição, encontrando-se mensurados de acordo com o modelo do custo, previsto no § 7.10 da NCRF-ESNL (por remissão do § 8.11 da NCRF-ESNL), na sequência do que estes activos são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Estes activos, de vida útil finita, são amortizados pelo método da linha recta, a partir do momento em que se inicia o seu uso ou que se encontrem concluídos. As taxas de amortização utilizadas encontram-se discriminadas no ponto 5 deste anexo.

O valor das amortizações, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil, é calculado com base em duodécimos, em função do seu uso no período.

As mais ou menos valias resultantes de retiradas ou alienações destes activos são determinadas pela diferença entre o preço de venda, se definido, e o valor contabilístico na data em que ocorrerem, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Inventários:

A Instituição utiliza o regime de inventário intermitente.

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. No entanto, se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, e ainda, da subida dos custos necessários para realizar a venda, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição e consumidas imediatamente após a sua compra.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efectuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

A Instituição usa como forma de custeio o custo médio ponderado (§ 11.15 da NCRF-ESNL).

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido, de acordo com o disposto no § 11.23 da NCRF-ESNL.

Rédito:

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da actividade ordinária da Instituição, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de

independência, sendo que o justo valor reflecte eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas facturas (§ 12.2 e § 12.3 da NCRF-ESNL).

O rédito só é reconhecido quando seja possível mensurá-lo com fiabilidade, quando seja provável que venham a fluir para a entidade benefícios económicos presentes e/ou futuros e quando os custos incorridos e/ou a incorrer referentes às transacções possam ser fiavelmente mensurados. No entanto, nos casos em que, pela natureza ou pela duração dos serviços, a estimativa do desfecho das transacções ou a recuperabilidade dos seus custos possam estar em causa, o montante do rédito a reconhecer depende da combinação destes dois factores:

- Se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade, o montante do rédito a reconhecer deve ser proporcional à fase de acabamento (§ 12.7 da NCRF-ESNL);
- Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo (§ 12.9 da NCRF-ESNL);
- Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos.

No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha recta (§ 12.8 da NCRF-ESNL).

O rédito decorrente de juros é reconhecido no regime de acréscimo, de acordo com o método do juro efectivo.

Provisões, passivos contingentes e activos contingentes:

As provisões só são reconhecidas como passivos quando existe uma obrigação presente, efectiva ou altamente provável, decorrente de um acontecimento passado que criou essa obrigação, pelo que a Instituição é forçada a proceder à sua liquidação, quer porque decorre de um imperativo legal, quer porque foi criada uma obrigação construtiva em função das expectativas válidas criadas em terceiros, face a uma prática passada. No entanto, o seu reconhecimento fica condicionado pela existência de uma expectativa altamente provável de uma saída de recursos para satisfazer essa obrigação e de ser possível estimar com fiabilidade o seu montante, sendo irrelevante quaisquer montantes que possam vir a ser reembolsados por terceiros (reconhecidos como activos separados), impondo-se a revisão daquele montante à data do balanço (§ 13.3, § 13.4, § 13.6, § 13.13, § 13.21 e § 13.23 da NCRF-ESNL).

Os activos e passivos contingentes não se encontram reconhecidos porque a sua existência carece de confirmação futura, a qual depende de eventos incertos não controláveis integralmente pela Instituição (§ 13.2 da NCRF-ESNL). No primeiro caso, os possíveis activos são provenientes de acontecimentos passados, no segundo, trata-se ou de obrigações possíveis que carecem de confirmação sobre a possibilidade de virem a traduzir-se em saída de recursos ou de obrigações presentes que não são reconhecidas porque não é provável a saída de recursos ou porque não é possível proceder a uma estimativa fiável do valor da obrigação (§ 13.3 da NCRF-ESNL).

Os activos contingentes, não sendo reconhecidos, são, no entanto, divulgados neste anexo, desde que seja provável uma entrada de benefícios económicos futuros. Já no que respeita aos passivos contingentes, a sua divulgação é efectuada desde que não seja remota a saída de recursos (§ 13.9, § 13.10, § 13.11 e § 13.12 da NCRF-ESNL).

Contabilização dos subsídios e outros apoios:

Os subsídios só são reconhecidos desde que tenha sido celebrado um acordo individualizado para a sua concessão, que haja a certeza de que a Instituição cumprirá as condições a eles associadas e de que os subsídios serão recebidos (§ 14.1 e § 14.5 da NCRF-ESNL).

Os subsídios atribuídos a título de compensação de gastos ou perdas, designadamente os recebidos no âmbito de programas de formação profissional, são reconhecidos no período em que forem reconhecidos os gastos ou perdas a compensar, de acordo com o regime de acréscimo, e expressos na demonstração dos resultados por naturezas na rubrica “Subsídios à exploração”. Em conformidade, se abrangerem mais do que um período, os subsídios são diferidos e reconhecidos em cada um desses períodos (§ 14.7 da NCRF-ESNL).



Impostos sobre o rendimento do período:

A Instituição desenvolve actividades isentas de Imposto sobre o Rendimento e actividades sujeitas ao regime geral de tributação, sendo o lucro tributável destas actividades apurado autonomamente.

Assim, as actividades sujeitas são passíveis de tributação em IRC tendo por base uma taxa de 21,5%, aplicada sobre a respectiva matéria coletável. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma a taxas que variam entre 5% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correcção pela Autoridade Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correcções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de doze anos, estes são susceptíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados, com o limite de 70% do lucro tributável.

A Instituição utiliza o método do imposto a pagar no reconhecimento e mensuração do imposto corrente, a traduzir o montante a pagar de impostos sobre o rendimento relativos ao lucro tributável do período, no qual está incluída a tributação autónoma (§ 16.1 e § 16.2 da NCRF-ESNL).

O efeito fiscal decorrente de transacções ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados por naturezas na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem directamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido no fundo patrimonial, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem (§ 16.5 da NCRF-ESNL).

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativo a impostos correntes de períodos anteriores.

Instrumentos financeiros:

Um Instrumento Financeiro é um contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro noutra entidade, apenas sendo reconhecidos como tal quando a entidade passe a ser parte desse instrumento (§ 17.2 da NCRF-ESNL).

De uma forma genérica, são valorizados ao custo, deduzido de perdas por imparidade, os seguintes instrumentos financeiros:

- Que tenham uma maturidade definida;
- Que os seus retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor), incluindo ou não um spread sobre esse mesmo indexante;
- Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor na perda do valor nominal e dos juros acumulados (excluindo-se os casos de risco de crédito);
- Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida.

Dívidas de terceiros:

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço de forma a reflectir o seu valor realizável líquido no activo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O valor expresso corresponde ao valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade

acumuladas, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)” na demonstração dos resultados por naturezas (§ 17.6 da NCRF-ESNL).

As perdas por imparidade são reconhecidas a partir do momento em que existam riscos acrescidos de que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido (§ 17.7 da NCRF-ESNL). A informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos e ainda, as informações obtidas por via judicial, bancária ou do mercado, podem fornecer indícios de risco de incumprimento das responsabilidades (§ 17.8 da NCRF-ESNL).

No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Instituição tenha em curso acção judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

Nos casos de mora em recebimentos não enquadrados nas situações antes descritas, foram reconhecidas as perdas por imparidade, de acordo com o período da mora.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram:

- Os reforços são reconhecidos como gastos do período;
- As reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos;
- As utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente na conta corrente.

Neste último caso, a insuficiência de cobertura, aquando do desconhecimento do saldo do crédito, é registada como “Outros gastos” na demonstração dos resultados por naturezas. (§ 17.11 da NCRF-ESNL)

Dívidas a terceiros:

As dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal e expressas no balanço no passivo, sendo enquadradas no passivo corrente ou não corrente se os seus vencimentos ocorrerem a menos ou a mais de um ano, respectivamente (§ 17.2 da NCRF-ESNL). O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração (§ 17.13 da NCRF-ESNL).

Empréstimos:

Os empréstimos são reconhecidos ao custo no passivo, acrescido dos custos de transacção directamente atribuíveis à emissão, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desconhecimento opera de forma idêntica à das demais dívidas a terceiros.

Os gastos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e reconhecidos na demonstração dos resultados do período, de acordo com o regime de acréscimo.

Passivos financeiros:

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, sendo registado inicialmente ao custo, acrescido dos eventuais custos incorridos com a realização da operação.



Caixa e equivalentes de caixa:

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no activo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no activo não corrente.

Benefícios dos empregados:

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, diuturnidades, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social e para Caixa Geral de Aposentações de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período (§ 18.2 da NCRF-ESNL).

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo (§ 18.5 da NCRF-ESNL).

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31/12 de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Para os anos de 2016 e 2017 encontra-se previsto um regime de pagamento em duodécimos de metade dos subsídios de férias e de Natal. Para os trabalhadores que não se oponham a este regime, os subsídios serão pagos da seguinte forma:

- Subsídio de Férias:
 - 50% antes do início do período de férias;
 - 50% em duodécimos ao longo do período.
- Subsídio de Natal:
 - 50% até 15 de Dezembro de cada ano;
 - 50% em duodécimos ao longo do período.

No entanto, o Decreto-Lei nº 253/2015 de 30/12/2015 que entrou em vigor no dia 01/01/2016 e que é aplicável ao ano de 2016, e ainda a Lei nº 42/2016 de 28/12/2016 que entrou em vigor no dia 01/01/2017, prevêm que o trabalhador se pode opor a este regime no prazo de 5 dias a partir da entrada em vigor dos diplomas antes referidos, ou seja 06/01/2016 e 06/01/2017, respectivamente, situação em que os subsídios de férias e de Natal lhes serão pagos integralmente e de uma só vez, antes do início do período de férias e até 15 de Dezembro de cada ano.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Instituição quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período (§ 18.6 da NCRF-ESNL).

Não existem quaisquer benefícios pós-emprego nem outros benefícios dos empregados a médio-longo prazo.

**b) Outras políticas contabilísticas:****• Estimativas:**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Direcção baseou-se no plano estratégico, no seu conhecimento da envolvente da actividade da Instituição e na experiência decorrente de eventos passados e/ou presentes, para a definição dos pressupostos relativos a eventos futuros, que condicionaram as estimativas efectuadas e que, em função de eventuais situações subsequentes, poderão ter de ser alteradas nas demonstrações financeiras posteriores, de forma prospectiva, com reflexos directos em resultados.

• Especialização de períodos:

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Créditos a receber”, “Outros passivos correntes” ou “Diferimentos”.

• Eventos subsequentes:

Não ocorreram quaisquer eventos após a data do balanço que proporcionassem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam naquela data e que justificassem a realização de ajustamentos nas demonstrações financeiras da Instituição. Após aquela data, não se registaram também eventos materialmente relevantes que justificassem a sua divulgação neste anexo.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, utilizando o regime de acréscimo e no pressuposto da continuidade das operações (DL 36-A/2011 de 9/3 - BADF), não se tendo registado quaisquer eventos subsequentes à data do balanço que tenham alterado este quadro.

De acordo com as rentabilidades corrente e esperada, os planos de pagamento e de reembolso de dívidas e os apoios dos Ministérios da Educação e da Segurança Social, não é expectável que a continuidade da Instituição possa ser posta em causa.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras reflectem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Instituições do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas.

3.2 Alteração nas políticas contabilísticas:

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adoptadas em períodos anteriores, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. Em conformidade, as demonstrações financeiras representam da forma adequada e fidedigna a posição financeira e o desempenho, reflectem a substância económica das operações, são neutras e prudentes.



3.3 Alteração nas estimativas contabilísticas:

Do mesmo modo, não se registaram alterações nas estimativas contabilísticas adoptadas em períodos anteriores, as quais também têm vindo a ser aplicadas de forma consistente. Desta forma, as demonstrações financeiras representam da forma adequada e fidedigna a posição financeira da Empresa.

3.3 Correção de erros de períodos anteriores:

No período não se registaram erros materialmente relevantes relativos a períodos anteriores que tenham justificado qualquer ajustamento, nem existem informações disponíveis que possam pôr substancialmente em causa as estimativas efectuadas.

4. Activos fixos tangíveis:

Ref.balanço: Activos fixos tangíveis

Ref.d.r.nat.: Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

Ref.anexo: 3.1 a)

- Bases de mensuração e métodos de depreciação usados:**

As bases de mensuração e os métodos de depreciação dos activos fixos tangíveis usados pela Instituição encontram-se definidos na alínea a) do ponto 3.1 deste anexo.

- Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:**

As depreciações do período foram calculadas, por classe de activo, com base nas suas vidas úteis, constantes do quadro seguinte:

Rubricas	Anos vida útil
Edifícios e outras construções	8 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 - 8
Outros activos fixos tangíveis	5

- Quantias brutas e líquidas de depreciações e perdas por imparidades acumuladas no início e no fim do período:**

1) Activos em uso:

2017	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Quant.escrit.bruta:					
Saldo inicial	151.712,71	115.048,94	210.402,79	16.068,97	493.233,41
Adições			1.259,40	1.200,00	2.459,40
Revalor./Ajustam.					
Alienações					
Retiradas					
Trf.invest. em curso					
Outras transfer.					
Saldo final	151.712,71	115.048,94	211.662,19	17.268,97	495.692,81
Depr.acumuladas:					
Saldo inicial	(138.410,39)	(115.048,94)	(202.109,67)	(15.804,47)	(471.373,47)
Adições a)	(443,41)		(2.019,48)	(257,25)	(2.720,14)
Revalor./Ajustam.					
Alienações					
Retiradas					
Outras transfer.					
Saldo final	(138.853,80)	(115.048,94)	(204.129,15)	(16.061,72)	(474.093,61)
Quantia escriturada	12.858,91		7.533,04	1.207,25	21.599,20

Nota:

a) Não existe justificação para o reconhecimento de quaisquer imparidades relativas aos activos fixos tangíveis, quer no período quer acumuladas.

2016	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Quant. escrit. bruta:					
Saldo inicial	151.712,71	115.048,94	205.665,97	16.068,97	488.496,59
Adições	-	-	4.736,82	-	4.736,82
Revalor./Ajustam.	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-
Trf.invest. em curso	-	-	-	-	-
Outras transfer.	-	-	-	-	-
Saldo final	151.712,71	115.048,94	210.402,79	16.068,97	493.233,41
Depr. acumuladas:					
Saldo inicial	(137.966,98)	(115.048,94)	(199.722,59)	(15.672,22)	(468.410,73)
Adições a)	(443,41)	-	(2.387,08)	(132,25)	(2.962,74)
Revalor./Ajustam.	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-
Outras transfer.	-	-	-	-	-
Saldo final	(138.410,39)	(115.048,94)	(202.109,67)	(15.804,47)	(471.373,47)
Quantia escriturada	13.302,32	-	8.293,12	264,50	21.859,94

Nota:

a) Não existe justificação para o reconhecimento de quaisquer imparidades relativas aos activos fixos tangíveis, quer no período quer acumuladas.

2) Investimentos em curso:

Não existem quaisquer investimentos em curso em activos tangíveis nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras.

• Restrições de titularidade de activos fixos tangíveis:

À data do balanço não existiam quaisquer restrições de titularidade relativamente aos activos fixos tangíveis.

• Compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis:

À data do balanço não existem quaisquer compromissos decorrentes de acordos, formalizados ou não em contratos escritos, ou quaisquer obrigações assumidas indirectamente através de outras operações realizadas ou a realizar, para aquisição de activos fixos tangíveis.

5. Activos intangíveis:

Ref.balanço: Activos intangíveis

Ref.d.r.nat.: Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

Ref.anexo: 3.1 a)

• Vidas úteis e taxas de amortização usadas:

Todos os activos têm uma vida útil finita e não existem activos que tenham sido gerados internamente. As amortizações efectuadas no período foram calculadas, por rubrica do activo, com base nas vidas úteis estimadas constantes do quadro seguinte:

Rubricas	Anos vida útil
Programas de computador	-

- Métodos de amortização usados:**

Os métodos de amortização dos activos intangíveis usados pela Instituição encontram-se definidos na alínea a) do ponto 3.1 deste anexo.

- Quantias brutas e líquidas de amortizações e perdas por imparidades acumuladas no início e no fim do período:**

1) Activos em uso:

Rubricas	Programas de computador	
	2017	2016
Quant.escrit.bruta:		
Saldo inicial	4.998,77	4.998,77
Adições	-	-
Revalor./Ajustam.	-	-
Alienações	-	-
Retiradas	-	-
Trf.invest. em curso	-	-
Outras transfer.	-	-
Saldo final	4.998,77	4.998,77
Amort.acumuladas:		
Saldo inicial	(4.998,77)	(4.998,77)
Adições	-	-
Revalor./Ajustam.	-	-
Alienações	-	-
Retiradas	-	-
Outras transfer.	-	-
Saldo final	(4.998,77)	(4.998,77)
Quantia escriturada	-	-

2) Investimentos em curso:

Não existem quaisquer investimentos em curso em activos intangíveis nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras.

- Restrições de titularidade de activos intangíveis:**

À data do balanço não existiam quaisquer restrições de titularidade relativamente aos activos intangíveis.

- Compromissos contratuais para aquisição de activos intangíveis:**

À data do balanço não existiam quaisquer compromissos decorrentes de acordos, formalizados ou não em contratos escritos, ou quaisquer obrigações assumidas indirectamente através de outras operações realizadas ou a realizar, para aquisição de activos intangíveis.

6. Inventários:

Ref.balanço: Inventários

Ref.d.r.nat.: Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Ref.anexo: 3.1 a)

- Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmulas de custeio usadas:**

As políticas contabilísticas e as fórmulas de custeio usadas pela Instituição na mensuração dos inventários encontram-se definidas na alínea a) do ponto 3.1 deste anexo.

• **Quantia escriturada de inventários, c/reconciliação das quantias escrituradas das perdas por imparidade entre o início e o fim do período:**

2017	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Quant.escrit.bruta	417,00		417,00
Imp.acumuladas:			
Saldo inicial			
Adições			
Utilizações			
Reversões			
Retiradas			
Ajustam./Regular.			
Transferências			
Saldo final			
Quantia escriturada	417,00		417,00

2016	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Quant.escrit.bruta	528,20		528,20
Imp.acumuladas:			
Saldo inicial			
Adições			
Utilizações			
Reversões			
Retiradas			
Ajustam./Regular.			
Transferências			
Saldo final			
Quantia escriturada	528,20		528,20

• **Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período:**

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2017		2016	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventário inicial	528,20			
Perdas p/ impar. em inventários				
Compras	556,00	22.193,83	931,30	20.850,14
Reclassificação e regulariz. de inventários				
Inventário final	(417,00)		(528,20)	
	667,20	22.193,83	403,10	20.850,14

7. Rendimentos e gastos:

Ref.d.r.nat.: Vendas e serviços prestados
Outros rendimentos

Ref.anexo: 3.1 a)

- Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito:**

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços, encontram-se definidas na alínea a) do ponto 3.1 deste anexo.

- Réditos reconhecidos durante o período por cada categoria significativa e por mercado:**

Categoria	2017	2016
Mercado interno:		
Vendas	936,64	565,84
Prestação de serviços	244.665,38	238.196,34
Juros	1.881,33	2.758,92
	<u>247.483,35</u>	<u>241.521,10</u>

8. Subsídios e outros apoios:

Ref.d.r.nat.: Subsídios, doações e legados à exploração

Ref.anexo: 3.1 a)

- Políticas contabilísticas adoptadas:**

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento dos subsídios e outros apoios encontram-se definidas na alínea a) do ponto 3.1 deste anexo.

- Natureza e extensão dos subsídios e outras formas de apoio reconhecidos nas demonstrações:**

Subsídio e outros apoios	2017			2016		
	Capital próprio	Passivo	Demonstração dos resultados	Capital próprio	Passivo	Demonstração dos resultados
Segurança Social	-	-	396.641,81 a)	-	-	384.121,46
Ministério da Educação	-	-	52.279,80 a)	-	-	49.338,72
IEFP – Medida de incentivo ao emprego	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	12.792,83	-	-	13.031,70

Nota:

a) Subsídio relacionado com rendimentos.

A Instituição não beneficiou no período de quaisquer apoios do Governo e da Segurança Social concedidos no período ou em períodos anteriores, para além dos subsídios constantes do quadro anterior.

- Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas aos apoios dos Ministérios da Educação e da Segurança Social que tenham sido reconhecidas no período:**

As condições necessárias à satisfação das disposições contratuais constantes dos acordos firmados com as entidades antes referidas para a concessão dos subsídios discriminados no ponto anterior deste anexo estão a ser cumpridas, não sendo previsível qualquer alteração deste quadro até ao termo dos contratos respectivos.

9. Impostos sobre o rendimento:

Ref.balanço: Estado e outros entes públicos

Ref.anexo: 3.1 a)

- Método para reconhecimento e mensuração do imposto corrente:**

De acordo com o referido na alínea a) do ponto 3.1 deste anexo, a Instituição utiliza o método do imposto a pagar no reconhecimento e mensuração do imposto corrente para as actividades sujeitas a IRC.

- Discriminação do imposto corrente de acordo com a sua origem:**

Apesar da actividade da Instituição sujeita a IRC ter gerado lucro contabilístico não originou qualquer tributação pela via das deduções previstas no nº 7 do artigo 53 do CIRC.

10. Instrumentos financeiros:

Ref.balanço: Créditos a receber

Ref.anexo: 3.1 a)

- Políticas contabilísticas e bases de mensuração:**

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração relevantes adoptadas na contabilização dos instrumentos financeiros encontram-se definidas na alínea a) do ponto 3.1 deste anexo.

- Activos financeiros com reconhecimento de imparidade:**

Activos financeiros	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantia escriturada bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada bruta	Imparidade acumulada
Créditos a receber	23.516,76	(23.166,76)	23.582,24	(23.166,76)

11. Benefícios dos empregados:

Ref.d.r.nat.: Gastos com o pessoal

Ref.anexo: 3.1 a)

- Número de empregados no período:**

Número de empregados	2017	2016
Início do período	26	28
Fim do período	28	26
Média do período	23	23

- Número de membros da Direcção:**

Número de membros	2017	2016
Fim do período	3	3

- Remunerações dos membros da Direcção:**

Os membros da Direcção não são remunerados.

12. Acontecimentos após a data do balanço:

Ref.anexo: 3.1 a)

- Actualização da divulgação acerca das condições à data do balanço:**

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço e que nelas não tenham sido traduzidas.

13. Outras informações:

- Discriminação da rubrica “Outros passivos correntes”:**

Ref.balanço: Outros passivos correntes

Rubricas	2017	2016
Fornecedores de investimentos	-	290,00
Credores por acréscimos de gastos	60.493,14	60.811,97
Outros	2.293,43	2.936,41
	<u>62.786,57</u>	<u>64.038,38</u>

- Discriminação da rubrica “Outros rendimentos”:**

Ref.d.r.nat.: Outros rendimentos

Rubricas	2017	2016
Rendimentos suplementares	16.143,01	11.684,65
Descontos de pronto pagamento obtidos	9,70	68,98
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	13,06	1,53
Juros e rendimentos similares obtidos	1.881,33	2.758,92
Outros	4.923,24	5.384,46
	<u>22.970,34</u>	<u>19.898,54</u>

- Discriminação da rubrica “Outros gastos”:**

Ref.d.r.nat.: Outros gastos

Rubricas	2017	2016
Impostos	(45,28)	(14,38)
Gastos e perdas nos restantes activos não financeiros	-	(550,00)
Gastos c/apoios finan.conc.associados ou utentes	(21.575,00)	(23.330,00)
Outros	(1.090,94)	(1.087,98)
	<u>(22.711,22)</u>	<u>(24.982,36)</u>

O Contabilista Certificado



A Direcção



Presidente

